

Economia

Em sua visita à Europa a ministra da Economia conseguiu um importante trunfo para iniciar as negociações hoje com o Clube de Paris. Sem pagamentos, porém, haverá muitas dificuldades.

Ajuda da Alemanha na negociação da dívida

A Alemanha Ocidental vai apoiar o Brasil nas negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Clube de Paris. Esta promessa a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, conseguiu ontem do governo alemão, ao tomar o café da manhã, em Bonn, com o ministro da Economia, Helmut Houssmann. Os contatos com o Clube de Paris começam hoje na capital francesa, para onde Zélia viajou à noite.

Os contatos do Brasil com o FMI também começam hoje, em Washington, onde o secretário especial de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir, será recebido pelo diretor-gerente da instituição, Michel Camdessus, para a definição de um cronograma de negociação em torno de um acordo provisório.

Em relação ao programa econômico brasileiro, informa de Washington o correspondente **Paulo Sotero**, os técnicos do FMI concentrarão suas atenções nos aspectos que suscitem dúvidas entre os economistas, dentro e fora do País. O Fundo recebeu com fortes reservas o congelamento de ativos financeiros incluídos no pacote econômico de 16 de março e certamente quer saber o efeito da medida sobre o nível de poupança e o impacto que a liberação dos fundos que continuam confiscados terá sobre as contas do governo quando eles começarem a ser devolvidos, em setembro de 1991. Mais: tendo antecipado a arrecadação de impostos para equilibrar o orçamento federal este ano, como o governo manterá suas contas no azul em 1991, quando a entrada de dinheiro nos cofres públicos sofrerá as consequências da recessão que já começou?

Na Alemanha, segundo o enviado especial **José Carlos Santana**, os encontros de Zélia Cardoso de Mello com os dirigentes e empresários foram ainda mais calorosos e produtivos que os contatos mantidos durante a visita a Londres, na segunda-feira, embora a ministra tenha deixado a Inglaterra entusiasmada com a atenção que recebeu e com as palavras que ouviu da primeira-ministra Margaret Thatcher. Esta e o ministro do Tesouro, John Major, demonstraram tanto interesse pelo programa de estabilização da economia brasileira — e acharam tão bons os resultados já alcançados pelo governo —, que deram à ministra a impressão de que poderiam apoiar o Brasil na busca de um entendimento com os credores. Na Alemanha, porém, o governo foi claro, para a euforia de Zélia. O apoio está garantido.

Novos créditos

Depois da conversa com o ministro da Economia, Helmut Houssmann, a ministra foi ao Ministério das Finanças, onde se reuniu com o secretário Friedrich Voss. Em seguida, foi recebida pelo ministro da Cooperação Econômica, Jurgen Warnke. Apesar de Warnke estar muito ocupado, por causa da visita do presidente da Tunísia, Zin Abidin Zen Ali, demonstrou interesse pelo que Zélia tinha a lhe dizer. Tanto que o encontro durou dez minutos além do tempo previsto.

Os três ministérios — Economia, Finanças e Cooperação Econômica — e mais o Ministério de Negócios Estrangeiros formam o Conselho Hermes, que oferece garantias de créditos a entidades oficiais. Em 1989, o Brasil conseguiu 300 milhões de marcos, e o governo Collor aguarda a liberação de mais uma quantia este ano.

De Bonn, Zélia retornou a Colonia, para falar com empresários na sede da Confederação da Indústria Alemã, aos quais expôs mais uma vez o trabalho que o governo brasileiro está desenvolvendo para conter a inflação, equilibrar as finanças e restaurar a economia. Lá repetiu o que dissera em Londres: “O Brasil está mudando e para melhor. Quem acreditar nele não se arrependerá”.

Hoje, na França, Zélia vai encontrar-se com o presidente do Clube de Paris, Jean-Claude Trichet, e com o ministro das Finanças, Pierre Berégovoy. Em Paris, informa o correspondente **Reali Júnior**, Zélia terá dificuldades, na conversa com Trichet, para desbloquear negociações com o Clube enquanto não admitir retomar o pagamento interrompido dos juros.



Ryrie: “Acreditamos no futuro do País”.

O IFC chega ao Brasil, trazendo mais investimentos.

Depois de 34 anos de existência, dos quais quase todos com operações no Brasil, a International Finance Corporation (IFC) — uma das grandes fontes de financiamentos de projetos de investimentos privados em países em desenvolvimento — inaugurou ontem em São Paulo seu primeiro escritório no País. “Acreditamos no futuro do Brasil”, sintetizou o principal executivo da IFC, William Ryrie, para quem a liberalização econômica promovida pelo governo Collor influenciou pouco na decisão de se instalar no País. “Esta decisão foi tomada há quase três anos”, assegurou.

Se não antecipou os plenos da IFC, a abertura econômica brasileira pelo menos mudou os planos iniciais da instituição, revelou o empresário Marcus Vinicius Pratini de Moraes, membro do conselho consultivo da IFC em Washington. O IFC, que é vinculado ao Banco Mundial, já aplicou um total de recursos de US\$ 2 bilhões no Brasil. Seu saldo em empréstimos e investimentos gira em torno de US\$ 750 milhões, e pretende operar no processo de privatização de empresas e no de exportações.

Normalmente, a IFC vem trabalhando no Brasil, com compra de ações e financiamentos de longo prazo, junto aos setores de papel e celulose, petroquímico, siderurgia e alimentos. Segundo

Pratini de Moraes, estes investimentos têm chegado nos últimos anos a US\$ 150 milhões anuais. O empresário catarinense Flávio Brandalise, do grupo alimentício Perdigão, frisou que os empréstimos que tomou da IFC há anos atrás “foram motivo de alavancagem da nossa empresa”. Brandalise assinalou que o IFC funciona também como avalista para credenciar a empresa brasileira que procura financiamentos maiores e melhores no mercado internacional.

Investir no Brasil agora, com a política econômica em mutação, não preocupa a IFC. O representante designado para o Brasil, Stanley Greig, afirma que o risco faz parte da política da corporação. “Investimos em países que deixam outras instituições relutantes”, acrescentou, salientando que “o Brasil sempre foi uma das regiões mais lucrativas para o IFC e poucos investimentos não têm sido pagos como deviam”.

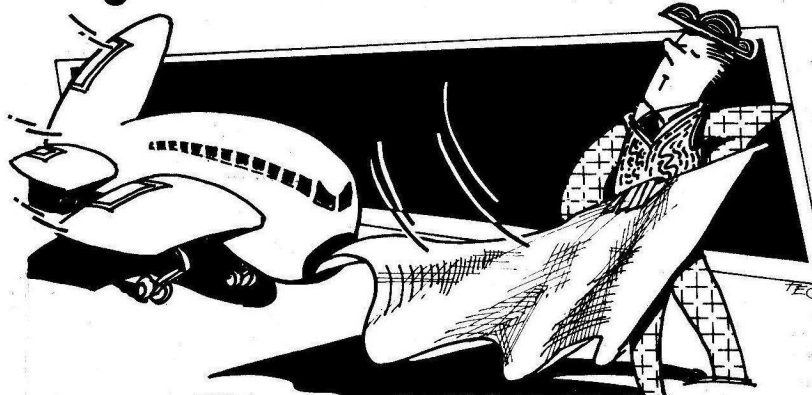
O Brasil representa quase 13% do portfólio total da corporação. Para Greig, o fato de o país ter sido classificado como inadimplente por órgãos do governo dos Estados Unidos “não vai fazer nenhuma diferença”, no fluxo de recursos destinados pelo IFC ao Brasil. O critério a ser usado na escolha dos beneficiados, enfatizou, será a competitividade dos setores.

O Brasil não paga. E o lucro do Citicorp cai.

O Citicorp anunciou ontem em Nova York que seus lucros durante o segundo trimestre do ano baixaram 37%, como reflexo das dificuldades que vêm enfrentando as maiores instituições bancárias dos EUA, devido aos empréstimos para operações imobiliárias e pelo fato de que o Brasil e a Argentina não vêm pagando os juros de suas dívidas.

De abril a junho os ganhos do maior banco dos Estados Unidos foram de US\$ 248 milhões — 64 centavos por ação —, menos que os US\$ 395 milhões — US\$ 1,1 por ação — registrados no mesmo período de 1989.

A instituição disse que seus lucros subiram 28% com relação às atividades bancárias do consumidor e 44% por atividades financeiras e bancárias internacionais, mas os resultados foram prejudicados pela debilidade do mercado imobiliário. E os prejuízos no trimestre por empréstimos concedidos ao Brasil e à Argentina — que não pagaram os juros do débito — foram de US\$ 82 milhões.



Menem anuncia privatização da Aerolineas

O presidente Carlos Menem revelou ontem que até hoje deverá estar concluída a transferência da estatal Aerolíneas Argentinas ao consórcio liderado pela companhia espanhola Iberia, “único que se apresentou à licitação internacional e que reuniu os requisitos mínimos exigidos”.

O consórcio encabeçado pela empresa espanhola — de que também fazem parte a Cielos del Sur, proprietária da Austral, mais importante companhia de vôos domésticos da Argentina, e outros investidores locais — ofereceu US\$ 2,01 bilhões em títulos da dívida externa argentina a seu valor nominal, mais US\$ 130 milhões em dinheiro e outros US\$ 130 milhões em dez cotas semestrais e consecutivas pela compra de 85% das ações da Aerolíneas, segundo dados divulgados pelo governo.

“Acabou-se na Argentina o tempo das marchas e contra-marchas, e não há nenhuma possibilidade de retroceder neste processo”, sustentou Menem como resposta às críticas que recebeu de políticos opositores e sindicatos pelo projeto de venda da Aerolíneas. “Acabou-se a época desta Argentina de uma imagem desgraçada no exterior, produto das mentiras a que nos haviam acostumado os governos anteriores”, acrescentou.

A desestatização da Aerolíneas é o segundo empreendimento de grande importância econômica que o presidente argentino põe em marcha depois de ter privatizado, em junho, a Empresa Nacional de Telecomunicaciones (Entel). Ela foi vendida à Bell Atlantic, dos Estados Unidos, e à Telefónica da Espanha.